

O ENSINO PRIMÁRIO NO ESPÍRITO SANTO (1946-1960)

*Cleonara Maria Schwartz*¹
*Elis Beatriz de Lima Falcão*²

RESUMO

Aborda resultados de uma investigação sobre o ensino primário, no Espírito Santo, no período de 1946 a 1960, no contexto da reforma empreendida pelo Decreto-lei nº. 8.529, de 2 de janeiro de 1946, que vigorou até a aprovação da Lei nº. 4.024, de 20 de dezembro de 1961 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional). Dialogando com as reflexões de Certeau (1994), principalmente com os conceitos de estratégia e tática, faz uso de fontes, como atas de reuniões pedagógicas, documentos internos de escolas, legislação, mensagens de governo, mídia impressa e bilhete redigido por mãe de aluno. A pesquisa permitiu evidenciar algumas das condições nas quais o modelo escolar centrado nas escolas isoladas se efetivou no Espírito Santo, apresentando, além de diferenças nos aspectos físicos e pedagógicos, diferenças na duração do curso primário. Os dados indicaram ainda um número elevado de reprovações nas escolas singulares e, também, em grupos escolares, o que levou à análise, de forma específica, dos dados relativos à promoção e a permanência dos alunos de uma escola singular no município de Serra – ES, fornecendo vestígios acerca da dificuldade vivenciada pela escola primária em ensinar as crianças a ler e escrever naquele contexto histórico.

PALAVRAS-CHAVE: Ensino primário. Escolas singulares. Reprovação.

¹ Professora doutora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Espírito Santo. E-mail: <cleonara@terra.com.br>.

² Mestre e membro integrante do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Alfabetização, Leitura e Escrita do Espírito Santo (NEPALES - UFES/CE/PPGE) e do Laboratório de Gestão da Educação Básica do Espírito Santo (LAGEBES - UFES/CE/PPGE). E-mail: <beatrizelis@hotmail.com>.

INTRODUÇÃO

A partir de 1946, com o Decreto-lei nº. 8.529, de 2 de janeiro de 1946, assiste-se, no Brasil, a um momento de consolidação de um plano nacional para o ensino primário. Antes desse decreto, as orientações sobre esse nível de ensino ficavam sob a responsabilidade dos Estados, não existindo, portanto, uma diretriz nacional anterior. Nesse sentido, o Decreto-Lei nº. 8.529, de 2 de janeiro de 1946, efetivou a elaboração de uma política nacional para o ensino primário, implementando diretrizes centrais para a reorganização desse nível de ensino em todo o País.

É importante destacar que esse decreto foi promulgado durante o Governo Provisório, após a queda de Getúlio Vargas, em um contexto de crise política marcado pelo fim do Estado Novo e por uma maior abertura democrática no/do Brasil (ROMANELLI, 2001).³ Sentia-se, nesse momento, no Brasil, consequências da Segunda Guerra Mundial. Durante o período inicial da guerra, a demanda por alimentos, habitação, transporte já crescia e, com o seu fim, período do Governo Dutra, essas questões se tornaram ainda mais intoleráveis, chegando a faltar desde gêneros alimentícios, como pão, carnes e ovos, a produtos industrializados, o que provocou o surgimento de manifestações de descontentamento por parte de grupos organizados (CARONE, 1985).

Nesse contexto de “[...] conturbações sociais, com greves, fim da legalidade do Partido Comunista Brasileiro, ruptura das

³ Os diferentes ramos do ensino começaram a ser reformados ainda no Estado Novo. Foram decretadas, a partir de 1942, as seguintes leis: Lei Orgânica do Ensino Industrial (Decreto-lei nº. 4.073, de 30 de janeiro de 1942); Lei Orgânica do Ensino Secundário (Decreto-lei nº. 4.244, de 9 de abril de 1942); Lei Orgânica do Ensino Comercial (Decreto-lei nº. 6.141, de 28 de dezembro de 1943).

relações diplomáticas com a URSS etc.” (CARONE, 1985, p. 42), a política econômica brasileira enveredou por uma abertura ao capital financeiro internacional, propiciada pelos novos contextos oriundos do término da Segunda Guerra Mundial (1945), que, por sua vez, passava a influenciar as relações internacionais em suas esferas políticas, econômicas e sociais, impondo uma nova ordem mundial.

Costa (1998, p. 15) destaca que, após a Segunda Guerra Mundial, a estratégia brasileira de desenvolvimento industrial de cunho nacionalista sofreria uma inflexão, pois se, até a década de 1950, havia o predomínio do modelo de substituição das importações, a partir daí, o que se configurava era a polarização “[...] entre os que defendiam a continuidade da estratégia nacionalista e intervencionista e os que advogavam um mercado livre com a participação de capitais estrangeiros”.

As discussões e a criação das Leis Orgânicas do ensino coincidem com esse contexto político, denominado de nacional-desenvolvimentismo, em que outro modelo econômico se fazia necessário. Modelo esse baseado no desenvolvimento industrial, em que a educação das classes populares começava a receber mais atenção, passando a ser vista como necessária a um número maior de pessoas, uma vez que era preciso formar a classe trabalhadora do País. Assim, a escola de massa e a alfabetização passavam a ser vistas como imprescindíveis para a modernização da sociedade.

Portanto, nesse modelo econômico, diferentemente do modelo agrário-comercial exportador, havia o consenso de que a mão de obra deveria ser minimamente escolarizada, visto que, nesse regime, as dinâmicas sociais assumiam outros contornos em virtude de a população se tornar cada vez mais urbana. Assim, a própria dinâmica capitalista passava a exigir a necessidade de

expansão de conhecimentos a um número maior de pessoas, seja para preparação da mão de obra, seja para se tornarem consumidoras.

No Espírito Santo, nesse período, a população se caracterizava como tipicamente rural, visto que, no censo de 1950, cerca de 79,2% do total populacional residia em zonas rurais. Essa situação só mudaria nos anos de 1980, pois o censo dessa década mostra que a população rural passou a representar 36,0% do total (SILVA, 1995). Os dados demonstrados no censo de 1950 refletem as especificidades do Estado em estabelecer uma economia primário-exportadora com base na pequena propriedade e tendo como principal atividade a produção do café (SILVA, 1995). Até 1950, o Espírito Santo manteve, então, uma economia dependente do café e sem grande dinamismo, quadro alterado e consolidado somente nas três últimas décadas do século XX, quando as atividades econômicas passaram a se diversificar (ROCHA; MORANDI, 1991).

Para Rocha e Morandi (1991), a estrutura produtiva e diversificada que passou a caracterizar a economia capixaba expandiu-se a partir de 1950, em consequência do Plano de Metas implantado por Juscelino Kubitschek, que dava continuidade à política desenvolvimentista com o objetivo de consolidar a indústria nacional.

Portanto, o período delimitado por este estudo apresenta um Espírito Santo com uma economia de base agroexportadora e uma população eminentemente rural, com baixo nível de escolarização, pois, no quadro relativo à instrução, no Espírito Santo, das 477.824 pessoas com 15 anos e mais, 52,1% declaravam não saber ler e escrever, 47,8% afirmaram saber e 0,10% não indicou a instrução, devendo-se ainda considerar,

no total dos que declaravam saber ler e escrever, muitos analfabetos funcionais (COSTA, 1998).

A preocupação em elevar o nível de escolarização da população não se restringia apenas ao Espírito Santo, mas estendia-se ao Brasil como um todo, pois o número de analfabetos, de acordo com matéria publicada no *Jornal A Gazeta*, de 4 de fevereiro de 1958, era muito grande. O referido jornal assim divulgava o precário quadro da situação brasileira:

[...] o Brasil mais por incapacidade de dirigentes do que por deficiência de recursos naturais, ainda não tem economia fundada, saúde estável e elevado nível educativo. No que tange ao ensino primário, por exemplo, o número de analfabetos alcança cifras espantosas. Embora seja princípio constitucional a obrigatoriedade da educação, a carência de escolas e de professores de primeiras letras flagela o país inteiro (DEFICIÊNCIAS..., 1958).

Se, por um lado, no final da década de 1950, visualizamos, no jornal de maior circulação no Estado, a divulgação da fragilidade em que se encontrava a educação nacional, por outro lado, isso não se constituía em uma novidade, visto que tal precariedade já estava sendo anunciada desde o final da década de 1940 pelo governador do Espírito Santo, que alertava, na mensagem que apresentou em 1947 à Assembleia Legislativa, que a situação capixaba não era das melhores. De acordo com essa mensagem do então governador Carlos Fernando Monteiro Lindenberg, cerca de 70.000 crianças no Espírito Santo estavam aguardando a oferta de escola primária. Logo, esse contingente de crianças estava fora da escola, ora por falta de recursos próprios, ora por falta de recursos do Estado em ampliar a oferta desse nível de ensino. O governador Lindenberg destacava, em seu relatório, que muito

ainda precisava ser feito na educação e que o Estado necessitava de pelo menos mil escolas além das existentes.

Desse modo, considerando o contexto da reforma do ensino primário efetivada a partir de 1946, com o objetivo de melhorar a escolarização da população brasileira em todos os Estados, este trabalho busca contribuir com o esforço empreendido por pesquisadores da área da História da Educação (FARIA FILHO; SOUZA, 2006; PERES, 2000; RODRIGUES, 2006; SOUZA, 2006, 2008, 2009; VIDAL, 2006; ZOTTI, 2006) de reconstruir a história do ensino primário no Brasil, buscando dar visibilidade às nuances que esse ensino assumiu, no Espírito Santo, no período de vigência da Reforma de 1946. Assim, demos ênfase, neste texto, às apropriações que se efetivaram das diretrizes da Lei Orgânica do Ensino Primário (Decreto-Lei nº. 8.529, de 2 de janeiro de 1946) por diferentes agentes educacionais, bem como às estratégias e táticas empreendidas pelos responsáveis pela condução da política educacional capixaba para ofertar o ensino primário neste Estado. Buscamos ainda destacar o lugar ocupado pelas escolas isoladas na constituição da cultura escolar primária, pois, de acordo com Souza e Faria Filho (2006, p. 31), é preciso “[...] reconhecer o papel preponderante e central desempenhado por essas escolas primárias na disseminação da instrução elementar”.

REFERENCIAIS

Ao tomarmos, neste estudo, como objeto de análise, o ensino primário, no Estado do Espírito Santo, no período compreendido entre 1946 e 1960, demos ênfase às formas como as diretrizes da Lei Orgânica do Ensino Primário (Decreto-lei nº. 8.529, de 2 de janeiro de 1946) foram

compreendidas pelos responsáveis pela organização da educação primária e implementadas por diferentes sujeitos em seus espaços de atuação. Nesse sentido, procuramos conhecer estratégias, que foram empreendidas pelos responsáveis pela condução da política educacional capixaba para ofertar o ensino primário. Assim, tornou-se operatório o trabalho sobre a relação entre táticas de apropriação e estratégias de imposição. Por isso, optamos por fazer uso dos conceitos de tática e estratégia, cunhados por Certeau (1994), para fundamentar o estudo.

Vale esclarecer que Certeau (1994, p. 99) denomina de estratégias ações que elaboram lugares teóricos, ou seja, é um conceito que diz respeito ao “[...] cálculo (ou a manipulação) das relações de forças que se torna possível a partir do momento em que um sujeito de querer e poder (uma empresa, um exército, uma cidade, uma instituição científica) pode ser isolado”. Para Certeau (1994, p. 99), a estratégia refere-se a “[...] um lugar suscetível de ser circunscrito como algo próprio e ser a base de onde se podem gerir as relações com uma exterioridade de alvos ou ameaças [...]”. Por tática, que chama da arte do fraco, Certeau (1994, p. 110-111) entende que são movimentos relacionados com a forma como os sujeitos operam com as estratégias. A tática “[...] é determinada pela ausência de poder [...]”, ela não tem lugar senão o do outro, conseguindo estar onde ninguém espera, “é astúcia”. A tática sugere mobilidade, ou seja, movimento “[...] dentro do campo de visão do inimigo [...] e no espaço por ele controlado”. Nesse sentido, a tática joga “[...] com o terreno que lhe é imposto tal como organiza a lei de uma força estranha”.

Esses dois conceitos foram fundamentais para a investigação realizada, uma vez que, dada a natureza do objeto de estudo, possibilitaram identificar estratégias utilizadas pelos

responsáveis pela educação no Estado do Espírito Santo para ofertar o ensino primário, como orientado na lei nacional, e também táticas de apropriação das prescrições emanadas pela política do Governo Federal, dadas as condições da oferta do ensino primário no contexto capixaba.

AS CONDIÇÕES DA OFERTA DO ENSINO PRIMÁRIO

As fontes utilizadas no estudo mostraram que uma das grandes dificuldades enfrentadas no Espírito Santo, no período coberto pela pesquisa, para a oferta do ensino primário era com relação ao espaço físico. Isso se verifica, ao levarmos em conta a informação de que, dos prédios destinados ao ensino primário, alguns ainda eram emprestados para resolver problemas do ensino secundário, como ocorria com o único grupo escolar da Capital que, por falta de recursos, havia sido transformado na sede do Colégio Estadual do Espírito Santo (ESPÍRITO SANTO, 1947). Além disso, havia muitas unidades que funcionavam em prédios adaptados, a maioria deles alugados. Se, na capital, a situação dos prédios era precária, fora dela era ainda pior, uma vez que havia poucos grupos escolares “[...] e raríssimos [eram] os prédios para escola isolada construídos de acôrdo com planos adequados à sua finalidade e às crescentes necessidades da população” (ESPÍRITO SANTO, 1947, p. 26). Logo, parece não se constituir em exagero a afirmação dos documentos oficiais de que o Estado necessitava de “[...] cêrca de 3.000 prédios escolares” (ESPÍRITO SANTO, 1947, p. 26).

Para atender a essa urgente necessidade por prédios escolares, o governador relatou que, mesmo não dispondo de recursos suficientes para responder às exigências de ampliação do ensino primário, não deixaria de satisfazer essa necessidade, usando como estratégia a busca por parceria com o Governo

Federal, fazendo acordos de cooperação. No ano de 1949, Carlos Lindenberg ressaltou que acordos de cooperação com o Governo Federal estavam sendo bastante importantes, e que o Governo Dutra estava encarando como a mais urgente solução a construção de mais prédios escolares. Assim, por meio desses acordos, que eram destinados à construção de prédios rurais, “[...] assinados pelo Govêrno do Estado com o Ministério da Educação a partir de 1946 [...]”, foram construídos 60 prédios destinados às escolas rurais e mais 118 estavam em construção, no ano de 1949, além da obtenção de recurso para construção de quatro grupos escolares, duas escolas normais regionais e um ginásio (ESPÍRITO SANTO, 1949, p. 51).

Nessa conjuntura, no Espírito Santo, no período de 1946 a 1952, foram celebrados 16 acordos com o Governo Federal para a construção e o equipamento de prédios escolares. Em nove desses acordos, o INEP-MEC se comprometeu a auxiliar com a construção e equipamentos de 262 escolas rurais. Quatro desses acordos foram destinados à construção de 12 prédios de grupos escolares, dois para a construção de um prédio e equipamento para escola normal rural e dois para a construção de um ginásio.

Além de problemas com espaço físico, pelos documentos analisados, a precariedade se dava também em relação aos materiais e mobiliários escolares. Só nas escolas isoladas faltavam cerca de 20.000 carteiras (ESPÍRITO SANTO, 1948). Outros materiais, como mapas, bandeiras, quadros-negros, mesas e cadeiras, também estavam em falta. Apelava-se para o conserto e recuperação de materiais e atribuía-se a culpa dessa situação aos recursos orçamentários do Estado, que mal davam para atender às mínimas necessidades dos grupos escolares e das escolas isoladas.

Mesmo com todos esses problemas, analisando o volume de recursos alocados, de 1947 a 1950, Silva (1995, p. 216) alerta que o Governo do Estado dava prioridade maior a outras áreas, pois, nesse período, “[...] as Secretarias da Fazenda e a de Agricultura, juntas absorveram, em média, 58,52% do total dos recursos [...]”, ou seja, as duas Secretarias juntas administraram mais da metade dos recursos disponíveis, enquanto as demais Secretarias, órgãos autônomos, Governadoria, Poder Legislativo e Judiciário ficaram com a distribuição de 41,48% dos recursos.

Além desse descompasso com a distribuição dos recursos, Silva (1995) pontua que a despesa com a Secretaria de Educação e Cultura, no período de 1947 a 1950, representou 24,74% em 1947, 15,67% em 1948, 16,36% em 1949 e 12,71% em 1950, o que revela que a despesa com a educação pública sofria redução a cada ano até chegar praticamente a metade em 1950. Acreditamos que esses dados podem contribuir para o entendimento da precariedade das condições objetivas da educação no Espírito Santo que era discursada nas mensagens de governo desse período.

Outros fatores também foram atribuídos por Carlos Lindenberg à decadência do ensino no Espírito Santo, no final dos anos de 1940. Para isso, Lindenberg fez uso do estudo realizado no governo do “interventor Santos Neves”, pelo professor Rafael Grisi, reconhecido educador paulista, que, mais adiante, seria convidado para assumir a Secretaria da Educação na gestão do governador Jones Santos Neves (1951-1954). Na oportunidade, Grisi elaborou, no dizer de Lindenberg, “[...] um relatório com farta documentação para uma projetada reforma que não ocorreu devido mudanças políticas”. De acordo com o governador Lindenberg, o ensino primário estava mal no Espírito Santo, devido a diversos fatores, como o êxodo de professores

normalistas, o crescente número de professores leigos, a falta de orientação pedagógica, a falta de estímulo para o trabalho, os vencimentos baixos e a inexistência de uma carreira para o magistério (ESPÍRITO SANTO, 1947, p. 24-25).

O êxodo de professores vinha sendo denunciado antes de 1947 pela imprensa. Na ocasião, chegou-se a usar como estratégia propagandas em jornais para atrair candidatos aos cursos de formação de professores na Capital, em Cachoeiro de Itapemirim, Colatina, Muqui e Calçado (O PROFESSOR, 1944). Havia uma preocupação e, ao mesmo tempo, uma indignação que eram balizadas pelo fato de o Estado ter chegado a formar “[...] cerca de cem professores normalistas por ano [e naquele momento] não chegava a formar vinte”. O problema era tratado como questão de falta de patriotismo, uma vez que uma das medidas utilizadas foi solicitar aos pais que fossem solidários à “patriótica campanha” e que prestigiassem os cursos de formação de professores, pois, caso contrário, comprometeriam a formação da infância e o futuro do Brasil (O PROFESSOR, 1944).

Em 1947, o quantitativo de professores nos estabelecimentos de ensino era de 2.231. Desses, os normalistas representavam 921 docentes, 301 eram professores denominados de “concurso”, 1.009 eram pessoas “idôneas” autorizadas pelo Decreto-Lei nº. 16.145, de 16 de abril de 1946, a cooperarem com o ensino do Estado (ESPÍRITO SANTO, 1947).

Sobre os estabelecimentos de ensino, no ano de 1947, funcionaram, em todo o Estado do Espírito Santo, um total de 1.155 instituições escolares, distribuídas em 1.074 escolas isoladas, 63 grupos escolares, 13 escolas agrupadas, 3 jardins de infância e 2 cursos complementares, além das 163 escolas de alfabetização de adultos e adolescentes, com subvenção do Ministério da Educação e Saúde (ESPÍRITO SANTO, 1947).

O número expressivo de escolas isoladas e o número reduzido de grupos escolares demonstram a dificuldade do Estado em ofertar o ensino primário em espaços como os dos grupos escolares que, no ideário pedagógico da época, representavam o modelo que estabelecia a graduação do ensino e que substituiria as escolas isoladas. Em razão disso, podemos constatar que o ensino primário, no Espírito Santo, no período de vigência da Reforma implementada pelo Decreto-lei nº 8.529, de 2 de janeiro de 1946, se efetivou preponderantemente na forma em escolas isoladas.

No final da década de 1950, a desproporção entre o número de grupos escolares e o número de escolas singulares seria ainda maior. Em 1957, existiam 98 grupos escolares, 30 escolas reunidas e 2.026 escolas singulares (ESPÍRITO SANTO, 1958). Para cada grupo escolar, havia, aproximadamente, 20 escolas singulares. Pelo que as fontes sinalizam, a estratégia encontrada pelo governo do Estado para ampliar a oferta de ensino primário foi pela via da abertura de escolas singulares. Assim, de acordo com Souza (2009, p. 127), “[...] apenas aqueles estados que possuíam significativa prosperidade econômica puderam implantar um sistema moderno de educação pública [...]”, o que aconteceu “[...] sobretudo em São Paulo e Minas Gerais [...]”, que detinham hegemonia política e econômica no País. Vale destacar que a forma grupo escolar “[...] supunha a edificação ou arrendamento de espaços próprios e adequados, professores habilitados, mobiliário moderno e abundante matéria didático” (SOUZA, 2009, p. 125), o que não condizia com a realidade capixaba.

De acordo com o Decreto-Lei nº. 16.490, de 11 de março de 1947, que decretou a Lei Orgânica do Ensino Primário no Espírito Santo, os estabelecimentos de ensino primário estavam designados em quatro tipos: *escola isolada* (E.I.),

quando possuísse uma só turma de alunos entregue a um só professor; escolas reunidas (E.R.), quando tinha de duas a quatro turmas de alunos com número correspondente de professores; *grupo escolar* (G.E.), quando atuava com cinco ou mais turmas de alunos com número igual ou superior de professores; escola supletiva (E.S.), quando ministrasse o ensino supletivo independentemente do número de alunos e de professores.

O que foi denominada na mensagem de governo de 1958 como escolas singulares é o mesmo que escolas isoladas, pois a Lei nº 549, de 7 de dezembro de 1951, alterou a nomenclatura das “escolas isoladas” para “escolas singulares”. Vale ressaltar ainda que Campos (2008) destaca que as escolas isoladas eram escolas rurais que reuniam em uma classe as quatro séries na presença de um só professor.

No Espírito Santo, esse tipo de estabelecimento, além das diferenças nos aspectos físicos e pedagógicos, também apresentava diferenças na duração do curso primário. Nas Leis Orgânicas Nacional e Estadual, as escolas isoladas só poderiam ministrar o curso primário elementar com duração de quatro anos. Mas, o Decreto n.º 16.481, de 1º de março de 1947, que regulamentou a Secretaria da Educação e Cultura do Espírito Santo, em seu art. 94, faz distinção da duração do ensino primário. Seria de quatro anos para o ensino ministrado nos grupos escolares, escolas reunidas e escolas isoladas das cidades e vilas, e de três anos para escolas isoladas situadas na zona rural.

As fontes também indiciam usos diversos do que era prescrito na lei orgânica, pois, no registro de matrícula, no controle de frequência diária e no aparelhamento escolar da Escola Singular Cachoeirinha do Putiri (Serra-ES), de 1946 a 1958,

não constam alunos matriculados no 4º ano, apenas até o 3º ano do ensino primário. Isso assinala que, provavelmente, o ensino primário no Espírito Santo estava sendo ofertado em três anos. Outro indicativo de duração menor no ensino primário capixaba é o Programa de Ensino Provisório das Escolas Isoladas de 1952, que só possuía programa até o 3º ano primário. Portanto, há evidências de que, no Espírito Santo, uma tática efetivada pelos responsáveis pela condução das políticas educacionais para expandir a oferta do ensino primário, tendo em vista a precariedade de estabelecimentos escolares e a falta de professores, foi a oferta desse nível de ensino com duração de três anos, revelando uma tática de apropriação do Estado em relação à Lei Orgânica do Ensino Primário.

Essa duração diferenciada no ensino primário do Espírito Santo já havia sido evidenciada. De acordo com o Boletim nº.15 do INEP, que abordou a organização do Ensino Primário e Normal no Espírito Santo, as escolas isoladas estavam funcionando com duração de três anos (BRASIL, 1941, p. 17). Porém, essa duração diferenciada não foi relatada no Boletim nº. 57 do INEP que também abordou a organização do Ensino Primário e Normal no Espírito Santo em 1950.

Não foi apenas no Estado do Espírito Santo que o modelo de escola isolada se constituiu na opção encontrada para atender à expansão do ensino primário. Mesmo no Estado de São Paulo, em que as condições foram propícias à implantação dos grupos escolares como escolas modelares, outros tipos de estabelecimentos coexistiram, pois, no contexto da expansão massiva do ensino primário nos anos de 1950 e 1960, as escolas reunidas reapareceram “[...] como mais uma entre as várias medidas de emergência utilizadas [...] para aumentar a capacidade de ofertas de vagas” (SOUZA, 2009, p. 148).

Além das escolas reunidas, as escolas isoladas também foram instaladas em São Paulo. Elas eram localizadas, em sua grande maioria, na zona rural e possuíam, como no Espírito Santo, curso primário com duração menor, além de programas mais simplificados. A difusão da instrução primária por meio de escolas isoladas e reunidas ocorreu também em outros Estados brasileiros, como no Rio Grande do Sul, na Paraíba e no Piauí (SOUZA; FARIA FILHO, 2006, p. 31). Em Mato Grosso, Souza (2006) destaca que, na parte interior do Estado, a implantação de grupos escolares ocorreu lentamente.

O ENSINO NA ESCOLA PRIMÁRIA

Algumas professoras que atuavam no Grupo Escolar Esmerindo Gonçalves, em Colatina-ES, chegaram a expor que havia diferenciação no ensino ministrado nos grupos escolares e nas escolas singulares, visto que reclamavam, em reunião pedagógica, que os alunos transferidos da escola singular não tinham condições de acompanhar os alunos do grupo, o que estava trazendo problemas para a escola “[...] pois essas crianças não [estavam] a altura do que [estava] sendo ensinado no momento sendo sempre alunos atrasados” (GRUPO ESCOLAR ESMERINDO GONÇALVES, 1962).

Souza (2009, p. 124) pontua que diferenciações entre escola urbana e rural “[...] retratam as múltiplas formas pelas quais se processou a escolarização da infância [...]”, o que atesta ainda “[...] os entraves históricos de realização do ideal democrático de universalização de uma escola comum para todos”. Concordamos com a autora, quando afirma que, mesmo representando uma face menos auspiciosa de escola primária, as escolas isoladas deram uma enorme contribuição à democratização do ensino, pois “[...] para muitas crianças

[essa] escola da roça ou da cidade era a única, e na ausência de outra, a melhor opção para a [apropriação] dos rudimentos da cultura escrita” (SOUZA, 2009, p. 155).



Figura 1 - Modelo de grupo escolar rural com duas salas de aula

Fonte: Realizações do Presidente Getúlio Vargas no Estado do Espírito Santo 1930-1940.



Figura 2 - Modelo de grupo escolar rural com uma sala de aula

Fonte: Realizações do Presidente Getúlio Vargas no Estado do Espírito Santo 1930-1940

Nas fotografias (Figura 1 e Figura 2), podemos acompanhar modelos de prédios escolares que foram denominados como grupo escolar rural. Esses com duas ou uma sala. Pelas características desses prédios, acreditamos que esses modelos se aproximavam mais de escolas reunidas e de escolas isoladas, pois se diferem do modelo de grupo escolar referenciado na literatura nacional, que são mencionados com cinco salas ou mais, ofertando ensino seriado com um professor para cada classe, e com a presença da figura do diretor, dentre outras características.

Nesse contexto, o modelo que foi disseminado com maior intensidade no Espírito Santo, as escolas singulares, dão indício, por meio do “aproveitamento” dos alunos, de sua fragilidade. Na década de 1950, os dados demonstravam baixo “aproveitamento” das crianças, pois, em 1957, o ensino primário teve em geral uma matrícula de 84.341 alunos, com frequência média de 71.010 e com um quantitativo de 43.068 alunos aprovados e 41.273 de reprovados (ESPÍRITO SANTO, 1957). No ano de 1959, demonstrou os seguintes resultados nas escolas singulares: 26.563 alunos aprovados e 29.973 alunos reprovados (ESPÍRITO SANTO, 1959).

No intuito de compreender um pouco mais sobre esses resultados que demonstram números tão elevados de reprovações nas escolas singulares, iremos abordar de forma específica os dados relativos à promoção e permanência dos alunos de uma escola singular no ano letivo de 1952. A escola referenciada para análise é a Escola Singular Cachoeirinha do Putiri, que era localizada em Nova Almeida, Serra-ES. Soneghetti (2009) informa que essa escola foi fundada por seu avô, João Antunes das Dores, que a construiu em sua própria casa. O “professor João Antunes”, como ficou conhecido no município de Serra, nasceu em 1885, natural desse município,

“[...] foi um dos primeiros professores negros de Serra-ES” (SONEGHETTI, 2009).

João Antunes foi educado pela mãe, Rita Luzia da Conceição, com ajuda da família Castelo, família para a qual sua mãe prestava serviços (sua neta relata que os pais de seu avô, João Antunes, eram escravos dessa família) e mesmo não sendo “[...] o grande educador diplomado como sonhara, [foi professor concursado e] responsável por alfabetizar as gerações entre 1900 a 1940. Aposentou-se em 1940 e faleceu no dia 3 de fevereiro de 1950” (NASCIMENTO, [19--]).

Das gerações que se alfabetizaram na Escola Singular de Cachoeirinha do Putiri, destaca-se a própria geração do professor João Antunes, sua filha Alaíde Antunes do Nascimento e alguns netos, como Elinete Antunes do Nascimento e Eliset Nascimento Soneghetti. Assinala-se ainda que Alaíde foi professora nessa mesma escola, bem como sua filha Eliset, que começou a substituí-la a partir de 1954, com 14 anos de idade.

Tecemos nossa análise acerca dos dados dessa escola que datam 1952, tomando como fonte o registro de matrícula e os resultados de aproveitamento de uma turma. Destacamos que o material está incompleto, não constando o movimento da frequência mensal. Trata-se de uma turma composta por 40 alunos, 21 do sexo masculino e 19 do sexo feminino, com idades variando entre sete e treze anos e que cursaram do 1º ao 3º ano primário. Não há alunos matriculados no 4º ano primário.

As 40 crianças frequentavam a mesma turma, ou seja, era uma professora responsável pelos três anos do ensino primário em uma única sala, visto que era uma escola singular. A seguir

fizemos uma distribuição de modo a quantificar os alunos matriculados por ano escolar.

Tabela 1: Quantidade de alunos por turma e idade da Escola Singular Cachoeirinha do Putiri em 1952

IDADE	QUANTIDADE DE ALUNOS(AS) EM CADA ANO		
	1º	2º	3º
7 anos	13	-	-
8 anos	3	-	-
9 anos	5	-	-
10 anos	4	2	-
11 anos	3	1	-
12 anos	2	-	2
13 anos	-	4	1
Total de alunos(as) por ano	30	7	3

Fonte: Registro escolar. Escola Singular Cachoeirinha do Putiri, Serra-ES, 1952

Os dados da Tabela 1 demonstram uma quantidade expressiva de alunos no 1º ano e poucos no 2º e no 3º, que, juntamente com a idade dos matriculados para o 1º ano, indicia um quadro expressivo de repetência escolar. A expressividade do quadro de repetência se comprova na própria fonte, que nos informa que oito dos alunos matriculados no 1º ano eram repetentes. Desses, cinco repetiam o 1º ano pela terceira vez e três o repetiam pela segunda vez.

Nos dados de registro de matrícula, constam ainda que todos os repetentes não sabiam ler e escrever, ou seja, repetiam pela segunda e terceira vez, sem ter aprendido a ler e a escrever nos anos anteriores e, pelo visto, não aprenderam nesse ano em que estavam repetindo, pois, na parte que trata do aproveitamento (reprovados e aprovados), desses oito repetentes, sete ficaram

reprovados e um provavelmente também ficou, pois não compareceu ao exame final. Portanto, 100% de reprovação dos repetentes.

A repetência escolar era a realidade das demais crianças que frequentavam o 2º e o 3º ano. Consta, no registro de matrícula, que uma criança de 13 anos, apesar de cursar o segundo ano pela primeira vez, já estava na escola há seis anos, o que indica que ela ficou, em média, cinco anos repetindo o 1º ano. Outras crianças, uma com dez anos e outra com treze anos, também estavam no 2º ano pela primeira vez, mas com um tempo escolar equivalente há quatro anos. Das três crianças que frequentavam o 3º ano, todas tinham um tempo escolar superior ao ano que cursava, ou seja, já estavam na escola há cinco anos (duas crianças) e há seis anos (uma criança).

No ano de 1952, na relação final do aproveitamento escolar, os resultados foram os seguintes:

Tabela 2: Relação do aproveitamento escolar da Escola Singular Cachoeirinha do Putiri, em 1952

ANO	1º	2º	3º	TOTAL
Nº. total de alunos	30	7	3	40
Aprovados	-	3	1	4
Reprovados	10	3	2	15
Não fizeram o exame final	20	1	-	21

Fonte: Registro escolar. Escola Singular Cachoeirinha do Putiri. Serra-ES, 1952

A porcentagem de aprovados nessa escola singular representa exatamente 10% do número total de alunos. O número de reprovados foi 15 alunos e o número daqueles que não fizeram o exame final foi 21. Mas, se considerarmos a orientação feita pela diretora aos professores do Grupo Escolar Liserina Lírio, em 10 de agosto de 1950, de que só passaria no exame o aluno que entrasse “sabendo ler corretamente”, bem como a

orientação feita pela mesma diretora, em 4 de outubro de 1950, de que só entraria “[...] em provas finais se [estivessem] bem alfabetizados [...]”, o número de reprovados pode ser bem maior. As orientações da diretora vão ao encontro das orientações prescritas no Decreto nº. 16.481, de 1º de março de 1947, no art. 175, de que “[...] os analfabetos não farão a prova final”. Assim, aqueles que não fizeram o exame final podem não ter feito por não estarem alfabetizados e, portanto, entrariam no quantitativo dos reprovados, o que chegaria a 36 alunos(as), ou seja, 90% do número total de alunos (GRUPO ESCOLAR LISERINA..., 1949-1972, p. 14-15).

Os dados nos fornecem pistas que são indicativas da dificuldade vivenciada pela escola primária em ensinar as crianças a ler e escrever, pois, nessa escola singular, por exemplo, nenhum aluno do 1º ano conseguiu ser aprovado, o que inclui aqueles que iniciaram o 1º ano pela primeira vez e aqueles que estavam repetindo pela segunda ou terceira vez.

Os grupos escolares podem também ter vivenciado as mesmas dificuldades das escolas isoladas em ensinar a ler e escrever, como podemos acompanhar no Gráfico 1, elaborado com dados das fichas de Verificação do Rendimento Escolar das turmas de 1º ano do Grupo Escolar Colatina Mascarenhas, no período de 1946 a 1960 e, no Gráfico 2, também organizados com dados das fichas de Verificação do Rendimento Escolar das turmas de 1º ano do Grupo Escolar Jenny Coutinho, no período de 1951 a 1958 (no arquivo não há fichas dos anos 1950, 1954, 1956, 1959 e 1960). Os dois gráficos demonstram que, apesar das oscilações entre um ano e outro, o número de reprovações nos dois grupos escolares analisados se mantém alto ao longo do período pesquisado.

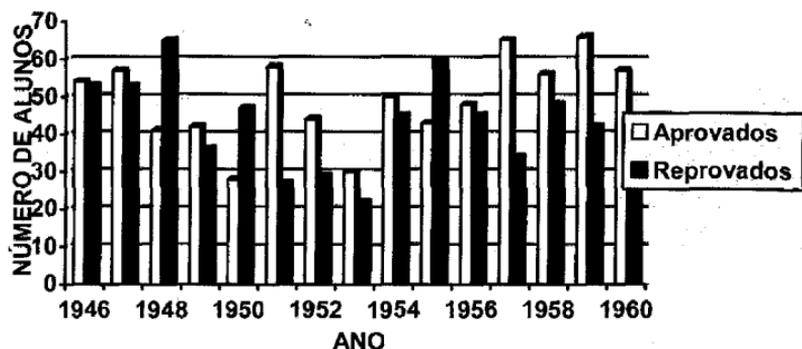


Gráfico 1 - Demonstrativo de alunos aprovados e reprovados no 1º ano do Grupo Escolar Colatina Mascarenhas no período de 1946 a 1960

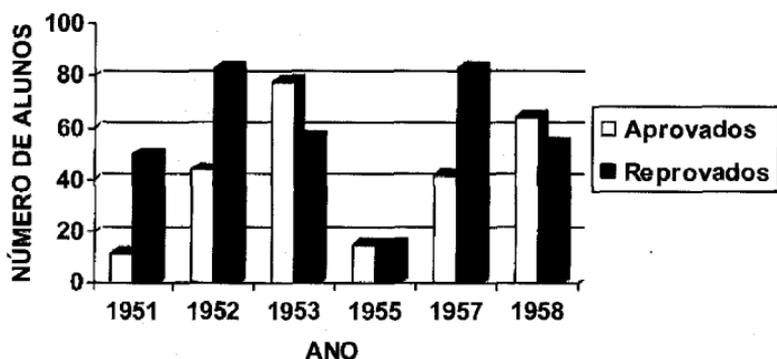


Gráfico 2 - Demonstrativo de alunos aprovados e reprovados no 1º ano do Grupo Escolar Jenny Coutinho no período de 1951 a 1958

A preocupação com a não aprendizagem das crianças não ficava restrita ao governo. Há indícios de que pais também externavam suas indignações com o tipo de ensino ministrado na escola primária no Espírito Santo. Com relação aos pais, as queixas não ficavam circunscritas a aspectos físicos e materiais, mas, sobretudo, direcionavam-se aos aspectos pedagógicos. Isso é o que mostra um bilhete de um

responsável encaminhado à professora de seus filhos, queixando-se do ensino que eles estavam recebendo na escola.

O bilhete foi encontrado dentro do registro de frequência escolar da Escola Singular de Cachoeirinha de Putiri, localizada na região de Nova Almeida, Serra-ES. Está assinado como “recado de pai” e não foi datado, mas, pelo que tudo indica, acreditamos que seja da década de 1950, pois os nomes das crianças referenciadas no bilhete aparecem na pauta de uma professora no ano de 1958. Além disso, o bilhete foi grafado em um papel de propaganda para eleição dos senadores Attilio Vivacqua e Asdrubal Soares, e Attilio Vivacqua foi senador em dois períodos, de 1946 a 1955 e de 1955 a 1961. A seguir, temos o bilhete que foi encaminhado à professora.

Reprodução do bilhete:

Rosinha pesso a você fazer numero para Regina, porque ela não sabe fazer atantos tempos que esta na escola, muito mais fazer contas. Diz que você manda eu ensina a ela, mais não é de lei eu ter filho na escola e ser o pai o professor. Porque eu não fui tirado para ensinar. Assim como Ruberval e um 2 de pau ahi na escola, vai todo dia e não fazer nada não dar uma lição.

Si eu pudesse ensinar, não botaria na escola.

Pesso apertar eles eu sou pobre e não posso perder tempo de ter filho so gastando roupa e nada aprendendo (Rosinha..., 1958).

As crianças citadas no bilhete, um menino e uma menina, possuem o mesmo sobrenome, indicando que podem ser irmãos e estavam matriculadas na turma de 1º ano. Ao acompanharmos as folhas de frequência, percebemos que os nomes das crianças desapareceram da lista, porém não

localizamos fontes que relacionassem a saída das crianças com a situação relatada no bilhete.

Além dos problemas de aprendizagem, havia também as dificuldades vivenciadas pela professora primária, que era responsável por ensinar aos três anos do ensino primário. Nesse sentido, destacamos o relato da professora Eliset Nascimento Soneghetti, ex-professora da Escola Singular Cachoeirinha do Putiri, que conta que chegou a trabalhar com uma turma com mais de 40 alunos da 1^a a 4^a série primária. Dada a essa situação, a referida professora conta que “[...] trabalhava muito com os alunos da 4^a série para depois eles serem [seus] monitores, fazia o plano de aula deles para depois ajudarem principalmente na alfabetização [...] só assim para dar conta” (SONEGHETTI, 2009), o que revela uma tática utilizada pela professora para dar conta de fazer com que a escola cumprisse o seu papel diante da instrução primária.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As fontes analisadas neste estudo permitiram observar que o ensino primário, de acordo com diferentes agentes educacionais no Espírito Santo, se desenvolveu no contexto de implementação das diretrizes da Lei Orgânica do Ensino Primário de forma precária, tendo o Estado, inclusive, tido dificuldades em ofertá-lo. Diante das dificuldades, o Governo do Estado buscou acordos com o Governo Federal para construção de prédios, além de ter, como tática, investido na expansão do ensino, via implantação do modelo de escolas isoladas que, ao contrário do modelo de grupos escolares, necessitavam de menores investimentos.

Além disso, as fontes forneceram pistas que são indicativas da dificuldade vivenciada pela escola primária capixaba, naquele

contexto, em ensinar as crianças a ler e escrever, o que contribui para problematizarmos o saudosismo atual ainda presente na educação, principalmente em cursos de formação de professores alfabetizadores, quando se lembram de que na “escola de antigamente as crianças aprendiam mais”, e o método tradicional era o responsável por ensinar com sucesso as crianças a ler e a escrever.

PRIMARY EDUCATION IN THE ESPÍRITO SANTO (1946-1960)

ABSTRACT

Discusses results of research on primary education in the Espírito Santo (Brasil), in the period 1946 to 1960 in the context of reform undertaken by the Decree Law no. 8529 of 02-01-1946, in force until the approval of Law no. 4024 of 20-12-1961 (Law of Directives and Bases of National Education). Dialoguing with the reflections of Certeau (1994), especially with the concepts of strategy and tactics, it was made use of sources such as educational meeting minutes, internal documents of schools, legislation, government messages, print media and ticket written by the mother of student. The research has highlighted some of the conditions in which the school model focuses on isolated schools was accomplished in the Espírito Santo, presenting as well as differences in physical and pedagogical differences in the duration of primary. The data also indicated a high number of failures in the schools and individuals, too, in school groups, which led us to examine in particular the data relating to the promotion and retention of students of a unique school in the municipality of Serra – Espírito Santo, providing remains about the difficulties experienced by primary school teaching children to read and write in that historical context.

KEYWORDS: Primary education. Schools individuals. Failure.

REFERÊNCIAS

- 1 CARONE, Edgard. **A República liberal II evolução política (1945-1964)**. São Paulo: Difel, 1985.
- 2 CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer**. Petrópolis: Vozes, 1994.
- 3 COSTA, Gilda Araújo. **A educação na Assembleia Constituinte do Espírito Santo de 1947**. 1998. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Centro de Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 1998.
- 4 NASCIMENTO, Elinete Antunes. **Biografia**. [S.l.: s.n., 19--].
- 5 ROCHA, H.; MORANDI, A. **Cafecultura e grande indústria: a transição no Espírito Santo: 1955-1985**. Vitória: Fundação Ceciliano Abel de Almeida, 1991.
- 6 ROMANELLI, Otaíza. **História da educação no Brasil (1930/1973)**. 28. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.
- 7 SILVA, Marta Zorzal. **Espírito Santo: Estado, interesses e poder**. Vitória: FCAA, 1995.
- 8 SOUZA, Rosa Fátima de; FARIA FILHO, Luciano Mendes de. A contribuição dos estudos sobre os grupos escolares para a renovação da história do ensino primário no Brasil. In: VIDAL, Diana Gonçalves (Org.). **Grupos escolares: cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893-1971)**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2006. p. 21-56.

- 9 SOUZA, Rosa Fátima de. **Alicerces da pátria**: história da escola primária no Estado de São Paulo (1890-1976). Campinas, SP: Mercado de Letras, 2009.
- 10 SOUZA, Terezinha Fernandes Martins de. **Alfabetização na escola primária em Diamantino – Mato Grosso (1930 a 1970)**. 2006. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Mato Grosso, Diamantino, 2006.

Fontes

- 1 BRASIL. **Decreto-Lei nº. 8.529**, de 2 de janeiro de 1946. Decreta a Lei Orgânica do Ensino Primário. Rio de Janeiro: Ministério da Educação, 1946.
- 2 BRASIL. Ministério da Educação e Saúde. **Organização do Ensino Primário e Normal**: Estado do Espírito Santo. Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos. Boletim n. 15, 1941.
- 3 BRASIL. Ministério da Educação e Saúde. **Organização do Ensino Primário e Normal**: Estado do Espírito Santo. Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos. Publicação n. 57, 1951.
- 4 BRASIL. **Realizações do Presidente Getúlio Vargas no Estado do Espírito Santo 1930-1940**. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1940.
- 5 DEFICIÊNCIAS DO ENSINO PRIMÁRIO. **A Gazeta**, Vitória, 4 fev. 1958.

- 6 ESCOLA SINGULAR CACHOEIRINHA DO PUTIRI. **Registro escolar**. Serra-ES, 1952.
- 7 ESPÍRITO SANTO. **Decreto-Lei n. 16.490**, de 11 de março de 1947. Decreta a Lei Orgânica do Ensino Primário.
- 8 ESPÍRITO SANTO. **Decreto-Lei n.º 16.481**, de 1º de março de 1947. Regulamenta a Secretaria de Educação e Cultura. Vitória: 1947.
- 9 ESPÍRITO SANTO. **Mensagem** apresentada à Assembleia Legislativa do Estado em sua sessão ordinária de 1947, pelo governador Dr. Carlos Fernando Monteiro Lindenberg, em 14 de agosto de 1947.
- 10 ESPÍRITO SANTO. **Mensagem** apresentada à Assembleia Legislativa do Estado em sua sessão ordinária de 1948, pelo governador Dr. Carlos Fernando Monteiro Lindenberg, em 15 de março de 1948.
- 11 ESPÍRITO SANTO. **Mensagem** apresentada à Assembleia Legislativa do Estado em sua sessão ordinária de 1948, pelo governador Dr. Carlos Fernando Monteiro Lindenberg, em 15 de março de 1949.
- 12 ESPÍRITO SANTO. **Mensagem** apresentada à Assembleia Legislativa do Estado por ocasião da abertura da sessão legislativa, em 1957.
- 13 ESPÍRITO SANTO. **Mensagem** apresentada à Assembleia Legislativa do Estado pelo governador. Francisco Lacerda de Aguiar, em 15 de março de 1958.
- 14 ESPÍRITO SANTO. **Mensagem** apresentada à Assembleia Legislativa do Estado pelo Sr. Francisco Lacerda de Aguiar, em 15 de março de 1959.

- 15 ESPÍRITO SANTO. Secretaria de Educação e Cultura. Divisão do Ensino Primário e Pré-Primário. **Programa provisório de ensino para as escolas isoladas**. Vitória, 1952.
- 16 GRUPO ESCOLAR COLATINA MASCARENHAS. **Fichas de Verificação do Rendimento Escolar das turmas de 1º ano, 1946-1960**. Vitória, 1946 a 1960.
- 17 GRUPO ESCOLAR ESMERINDO GONÇALVES. **Ata de reuniões pedagógicas**. Colatina-ES, 1952 a 1963.
- 18 GRUPO ESCOLAR JENNY COUTINHO. **Fichas de verificação do rendimento escolar das turmas de 1º ano, 1951-1958**. Vitória, 1951 a 1958
- 19 GRUPO ESCOLAR LISERINA LIRIO. **Ata de reuniões pedagógicas**. Vitória-ES, 1948 a 1972.
- 20 O PROFESSOR. **A Gazeta**, Vitória, 8 mar. 1944.
- 21 SONEGHETTI, Eliset Nascimento. **Entrevista** concedida em 2 de maio de 2009.